

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 7- Número 0390 - 13/01 à 17/01/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[Horas extras e intervalo intrajornada lideram ranking dos temas mais recorrentes no TST em 2024](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/01/2025

Um ranking elaborado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostra que o tema mais recorrente nos processos julgados em 2024 foram horas extras. Segundo o levantamento, em 2024 foram julgados 70.508 processos tratando do tema, o que representa um acréscimo de 19,7% em comparação com os 58.900 processos julgados em 2023. As horas extras são objeto ainda de milhares de outros processos que discutem aspectos específicos desse direito, como o divisor a ser aplicado, a supressão ou redução, a base de cálculo, os minutos residuais e seus reflexos em outras parcelas salariais.

O intervalo intrajornada ocupa o segundo lugar, com 48.283 julgados (20% a mais que no ano anterior). Segundo o artigo 71, parágrafo 1º da CLT, se a jornada de trabalho for de até seis horas diárias, a pessoa tem direito a um intervalo de 15 minutos para descanso ou refeição. Caso a jornada seja superior a essa carga horária, o intervalo deve ser de no mínimo uma hora e no máximo duas horas.

Nos processos, trabalhadores questionam o pagamento dessas horas, a base de cálculo, o adicional a ser aplicado, o divisor a ser usado, a supressão das horas extras e outros aspectos relativos à parcela.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Motorista consegue desistir de ação mesmo sem concordância da empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/01/2025

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou examinar um recurso da FJKL Ferreira Empreendimentos Ltda. contra o acolhimento de um pedido de desistência da ação feito por um motorista, mesmo depois de a empresa ter apresentado sua contestação. Para o colegiado, a contestação era sigilosa e ainda não tinha sido examinada.

[Mantida justa causa de agente que trabalhou como vigilante de supermercado durante licença](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/01/2025

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um agente de apoio socioeducativo do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) que pretendia reverter sua dispensa por justa causa. Para o colegiado, sua conduta de trabalhar em outro local enquanto estava afastado por problemas de saúde representa quebra de confiança e justifica a dispensa.

[Regras que alteram procedimentos sobre admissibilidade de recurso de revista entram em vigor em fevereiro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/01/2025

A partir de 24 de fevereiro, passarão a valer as novas regras aprovadas pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho a respeito do recurso cabível contra decisão de Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que negar seguimento a recurso de revista. As mudanças valem para os casos em que o acórdão questionado no recurso de revista estiver fundamentado em precedentes qualificados, como Incidentes de Recursos Repetitivos (IRR), Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Inci-

dentos de Assunção de Competência (IAC).

[Construtora e terceirizada são condenadas por danos coletivos após morte de montador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/01/2025

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Pré-Moldados São Cristóvão Ltda. e a Sudopav Construtora Ltda., do Paraná, a pagar R\$ 200 mil por dano moral coletivo depois de um acidente fatal com um montador, que caiu de um telhado a 6m de altura. Para o colegiado, a infração de normas de saúde, segurança e medicina do trabalho transcende a esfera individual e afeta uma coletividade de trabalhadores.

Notícias do Executivo

[CRPS analisou mais de 1 milhão de processos em 2024](#)

Ministério da Previdência Social - 16/01/2025

O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) analisou 1.048.140 recursos no ano de 2024. O número mostra que a meta prevista para o ano, apresentada em reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), foi cumprida. Segundo balanço do CRPS, entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024, houve queda de 50% do estoque de processos. Passou de 2,3 milhões de processos para 1,06 milhão. O CRPS é o órgão colegiado que exerce o controle jurisdicional das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

[Benefícios com valor acima do salário-mínimo são reajustados em 4,77%](#)

Ministério da Previdência Social - 13/01/2025

Os segurados da Previdência Social que recebem acima do salário-mínimo terão os benefícios reajustados em 4,77%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os novos valores foram oficializados pela Portaria Interministerial MPS/MF nº 6, publicada nesta segunda-feira (13), no Diário Oficial da União (DOU). O reajuste vale desde 1º de janeiro de 2025. O teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passa a ser de R\$ 8.157,41 (antes era de R\$ 7.786,02).

[Seminário discute como reduzir riscos à saúde em relação ao benzeno](#)

Fundacentro - 17/01/2025

Em 19 de fevereiro, a Fundacentro realiza o Seminário “Benzeno Cancerígeno: Avançar na redução dos riscos à saúde”, das 8h30 às 17h30, em São Paulo/SP. Para parti-

icipar presencialmente, as inscrições estão abertas até as 15h do dia 18/02 pelo [link](#). Também é possível acompanhar pelo [canal da Fundacentro no YouTube](#).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Em alusão ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, MPT promove roda de conversa sobre a temática no meio ambiente de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/01/2025

Na próxima terça-feira (21), será celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei Federal nº 11.635, de 2007. A data destaca a importância do respeito às diversas expressões de fé, conforme assegurado no artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal. Esse princípio fundamental é amplamente respaldado por tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da discriminação no emprego e na ocupação.

[Empresa de saneamento da Bahia é condenada por más condições de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/01/2025

O Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA) obteve decisão favorável para que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa) e empresa terceirizada Celiga Manutenção Elétrica Ltda, paguem R\$ 200 mil por danos morais coletivos. Além disso, a Justiça do Trabalho determinou o cumprimento de diversas obrigações para corrigir irregularidades trabalhistas e o registro de um acidente de trabalho em 2022

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[134 anos da Auditoria Fiscal do Trabalho: fortalecer a Inspeção do Trabalho é essencial para assegurar justiça social e dignidade aos trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/12/2024

As Auditoras-Fiscais do Trabalho Carmem Cenira, Cíntia Veras e Debora Beneduzi participaram da audiência pública que debateu o cumprimento da Cota de Aprendizagem com 100 empresas notificadas pela Fiscalização do Trabalho de Santos (SP). A audiência foi no auditório da Delegacia da Receita Federal, em Santos, no dia 29 de novembro. “Agradeço à diretoria da Delegacia Sindical do SINAIT em Santos, especialmente à presidente, Carmem Cenira, pelo apoio e presença na Audiência Pública de Aprendizagem”, disse Cintia Veras, chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Santos (GRTE/Santos).

Outras Notícias

[Receita Federal divulga esclarecimentos iniciais sobre a substituição da DCTF a partir de janeiro de 2025](#)

eSocial - 17/01/2025

A Receita Federal publicou os primeiros esclarecimentos sobre a extinção da DCTF e a inclusão dos tributos atualmente nela declarados na DCTFWeb, incluindo um passo a passo com as telas principais do Módulo de Inclusão de Tributos (MIT), que permitirá o envio dos tributos para a DCTFWeb. Para os fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2025, os débitos atualmente declarados na DCTF PGD passarão a ser declarados na DCTFWeb mensal, por intermédio do MIT. Ele funcionará como uma nova escrituração geradora de DCTFWeb, assim como o eSocial, a EFD-Reinf e o Sero.

[Substituição da DIRF PGD por eventos do eSocial começa no período de apuração 01/2025](#)

eSocial - 17/01/2025

A partir do ano-calendário 2025, os eventos do eSocial substituirão as informações prestadas na DIRF PGD. A substituição será complementada com eventos oriundos da EFD-Reinf. Por conta disso, os eventos entregues via eSocial com período de apuração 01/2025 nos eventos S-1210 (S-5002) e S-2501 devem ser enviados, necessariamente, na versão S-1.3.

[TRT-15 mantém justa causa de vigilante que postou vídeo machista durante trabalho](#)

Consultor Jurídico - 17/01/2025

A 6ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) manteve a justa causa aplicada a um trabalhador que atuava como vigilante terceirizado em uma agência bancária. O empregado postou, durante o horário de trabalho, com o uniforme e a arma da empresa, um vídeo com discurso machista e misógino em suas redes sociais, expondo de forma crítica sua própria relação conjugal.

[Empresa é responsável por condições que agravaram doença de trabalhadora](#)

Consultor Jurídico - 17/01/2025

A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve condenação de empresa de terceirização de mão de obra à responsabilidade por doença de auxiliar de serviços gerais. A trabalhadora foi diagnosticada com patologias na coluna lombar, agravadas pelas condições de trabalho, configurando nexos de concausalidade.

[Demissão de empregado durante tratamento de dependência química é discriminatória](#)

Consultor Jurídico - 17/01/2025

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reformou sentença da 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo (RS) e reconheceu a demissão discriminatória de um auxiliar de produção que estava em tratamento de dependência química. Ele atuava em uma indústria de couro.

[Exigência de retorno do empregado ao trabalho presencial](#)

Consultor Jurídico - 17/01/2025

São cada vez mais comuns as empresas que reduzem os dias de home office e determinam o retorno de seus empregados ao trabalho presencial. Neste início de ano, por exemplo, a Petrobras anunciou a redução do home office de três para dois dias por semana a partir de abril/2025.

[Infração de normas de segurança transcende esfera individual e afeta coletividade, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 16/01/2025

A infração de normas de saúde, segurança e medicina do trabalho transcende a esfera individual e afeta uma coletividade de trabalhadores. Com esse entendimento,

a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou construtora e terceirizada do Paraná a pagar R\$ 200 mil por dano moral coletivo depois de um acidente fatal com um montador, que caiu de um telhado de seis metros de altura.

[Assédio moral no trabalho sob a ótica da Convenção 190 da OIT e a jurisprudência do TST](#)

Consultor Jurídico - 16/01/2025

É indiscutível que o local de trabalho deve ser um ambiente que promova civilidade, educação e saúde, protegendo a dignidade dos trabalhadores. Isso não só contribui para a produtividade, mas também respeita os direitos fundamentais das pessoas. O artigo 225 da Constituição garante a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, abrangendo também um ambiente de trabalho saudável.

[TRT-2 mantém rescisão indireta e estabilidade de empregada dispensada na gravidez](#)

Consultor Jurídico - 16/01/2025

A 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve a sentença que reconheceu a rescisão indireta e a estabilidade de profissional que estava grávida no momento da demissão. A decisão também declarou vínculo empregatício em período anterior à formalização do contrato. De acordo com os autos, a empresa descumpriu obrigações essenciais ao não efetuar corretamente o registro na carteira de trabalho e não depositar o fundo de garantia da mulher.

[Moradia paga pela empresa não substitui adicional de transferência](#)

Consultor Jurídico - 15/01/2025

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) determinou o pagamento de adicional de transferência a um trabalhador que tinha as despesas com moradia pagas pela sua empregadora, que o deslocou temporariamente a outro município. Para a 11ª Turma, o pagamento de aluguel e condomínio em local diverso ao do contrato não substitui o direito à verba prevista em lei de, no mínimo, 25% dos salários do empregado.

[A alteração do artigo 389 do Código Civil e seu impacto no cálculo de condenações na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 13/01/2025

A Lei nº 14.905/2024, embora não trate diretamente do Direito do Trabalho, reacendeu a discussão sobre a atualização dos valores devidos em decorrência de direitos reconhecidos na Justiça do Trabalho, ao acrescentar o parágrafo único ao artigo 389 do Código Civil, estabelecendo o uso do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o cálculo de débitos quando não houver pacto convencional ou quando não existir previsão de índice específico em lei.

[Trabalhadora PcD demitida sem justa causa de escola será reintegrada](#)

Migalhas - 17/01/2025

O juiz substituto Vladimir Paes de Castro, da 13ª vara do Trabalho de Fortaleza/CE, determinou a reintegração de trabalhadora com deficiência demitida sem justa causa por escola particular de Fortaleza/CE. A decisão também concedeu à mulher uma indenização de R\$ 10 mil por danos morais. A ex-funcionária, que atuava como auxiliar de serviços gerais, argumentou que sua demissão foi irregular, uma vez que a escola não havia contratado previamente outra pessoa com deficiência para substituí-la, conforme exige a legislação trabalhista.

[Banco indenizará ex-gerente em R\\$ 600 mil por demissão em festa](#)

Migalhas - 16/01/2025

A 2ª turma do TRT da 11ª região condenou instituição bancária a indenizar um ex-gerente geral em mais de R\$ 606 mil. O trabalhador, residente em Manaus/AM, foi dispensado sem justa causa após quase uma década de serviço. A demissão ocorreu durante uma festividade na agência bancária, configurando, segundo o tribunal, uma dispensa vexatória. O ex-gerente, atualmente com 44 anos, está aposentado por invalidez devido à piora de um transtorno psiquiátrico.

[Juiz anula autos de infração trabalhista após notificação inválida](#)

Migalhas - 15/01/2025

Produtor rural notificado por edital conseguiu anular autos de infração trabalhista e obteve novo prazo para apresentar defesa em processo administrativo. Sentença

é do juiz do Trabalho Francisco Duarte Conte, da vara do Trabalho de Capão Bonito/SP, que também suspendeu a exigibilidade do crédito envolvido.

[Lojas Marisa pagarão R\\$ 14 mil a empregado que teve vale cortado](#)

Migalhas - 15/01/2025

Lojas Marisa deverão indenizar trabalhador em R\$ 14 mil por cortar vale-refeição durante quatro anos. O juiz de Direito Renato de Sousa Resende, da 2ª vara do trabalho de Poços de Caldas/MG, entendeu que a suspensão configurou alteração contratual lesiva. O trabalhador alegou que recebia vale-refeição desde o início de seu contrato em 2002, no valor diário de R\$ 12, o que totalizava R\$ 280 mensais.

[“Homem de verdade”: Atendente será indenizado por ofensas homofóbicas](#)

Migalhas - 14/01/2025

Em Vitória da Conquista/BA, atendente de rede de fast-food foi indenizado em R\$ 10 mil por danos morais, após ser alvo de ameaças e ofensas homofóbicas por parte de um colega de trabalho. O caso ocorreu durante o período de experiência do atendente em uma franquia da rede Giraffas, localizada em um shopping da cidade. A 5ª turma do TRT da 5ª região manteve a sentença da 1ª vara do Trabalho de Vitória da Conquista/BA, que condenou a empresa.

[TRF-3 valida período trabalhado como aprendiz e concede aposentadoria](#)

Migalhas - 14/01/2025

A 9ª turma do TRF da 3ª região reconheceu o período em que um segurado atuou como aluno aprendiz para fins previdenciários e determinou que o INSS conceda o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Os magistrados fundamentaram sua decisão na Instrução Normativa INSS/Pres 27/08, que permite o cômputo dos períodos de aprendizado profissional exercidos nessa condição até a publicação da EC 20/98.

[TST valida acordo coletivo que flexibilizou intervalo intrajornada](#)

Migalhas - 14/01/2025

A 1ª turma do TST confirmou a validade de norma coletiva que flexibiliza o intervalo intrajornada, permitindo o fracionamento. Decisão reitera entendimento da Suprema Corte sobre o tema, e se deu em recurso de revista julgado após o STF determinar a suspensão do feito em decorrência do Tema 1.046, em sede de reclamação constitucional (Rcl 36.664).

[Universidade que tentou parcelar 13º deverá pagar benefício integral](#)

Migalhas - 13/01/2025

O juiz do Trabalho Ronaldo da Silva Callado, da 5ª vara do Rio de Janeiro/RJ, suspendeu o pagamento parcelado do 13º salário dos colaboradores da UniCarioca e determinou que a instituição pague integralmente o benefício. O magistrado entendeu que o parcelamento configura ameaça concreta aos direitos dos trabalhadores e afronta à legislação trabalhista.

[TRT-1 exclui de execução empresa ausente na fase de conhecimento](#)

Migalhas - 13/01/2025

A 6ª turma do TRT da 1ª região acolheu agravo de petição interposto por empresa do setor imobiliário e determinou sua exclusão do polo passivo de uma execução trabalhista. A decisão teve como fundamento a constatação de afronta à coisa julgada. De acordo com o processo, a empresa havia sido anteriormente excluída do polo passivo da execução em decisão transitada em julgado. No entanto, foi reincluída posteriormente com base em alegações de fraude e desvio de finalidade, sustentadas no art. 50 do Código Civil, que trata da desconsideração da personalidade jurídica.

[Portaria do MTE sobre Certificado de Aprovação de EPIs gera insatisfação entre fabricantes](#)

Revista Proteção - 17/01/2025

O Ministério do Trabalho acaba de publicar no DOU (Diário Oficial da União), a Portaria nº 57, de 16 de janeiro de 2025, que altera o item 6.9.4 da Norma Regulamentadora 6 (Equipamento de Proteção Individual). De acordo com a publicação, assinada pelo ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho, o novo texto veda cessão

de uso do CA (Certificado de Aprovação) emitido a determinado fabricante ou importador para que outro fabricante ou importador o utilize sem que se submeta ao procedimento regular para a obtenção de CA próprio. A portaria entra em vigor em seis meses a contar da data de sua publicação.

[Sesi Paraná disponibiliza material gratuito para ajudar empresas a cumprir a nova legislação de saúde mental](#)

Revista Proteção - 16/01/2025

A recente Lei 14.831/2024, que institui o Certificado Empresa Promotora de Saúde Mental, inaugura uma nova era para a saúde mental no ambiente de trabalho. Sancionada em 27 de março de 2024, a legislação busca reconhecer empresas comprometidas com a promoção do bem-estar dos colaboradores, incentivando a criação de ambientes mais inclusivos e saudáveis. O Sesi Paraná surge como um parceiro estratégico nesse contexto, especialmente durante o Janeiro Branco, quando a instituição intensifica a divulgação de materiais gratuitos sobre saúde mental.

[Recuperação do mercado de trabalho perde força, segundo novo relatório da OIT](#)

Organização Internacional do Trabalho - OIT

A economia global está desacelerando, o que dificulta a recuperação total dos mercados de trabalho, de acordo com o relatório recém-lançado Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2025 ([World Employment and Social Outlook: Trends 2025- WESO Trends](#)).

[OIT responde a alegações de assédio e racismo no Brasil](#)

Organização Internacional do Trabalho - OIT

Após a publicação de um artigo na imprensa brasileira relatando uma investigação (inquérito civil) do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre alegações de assédio e racismo por dois funcionários da OIT no escritório de Brasília, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfatiza que, até o momento, ainda não recebeu qualquer notificação oficial do MPT ou qualquer confirmação sobre a existência de uma investigação.

Ações simples que contribuem com a Segurança do Trabalho

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/01/2025

A Segurança do Trabalho é constituída de vários fatores que envolvem análise, planejamento, execução de medidas de alta complexidade e também de ações diárias simples e aparentemente comuns, que somadas e alinhadas garantem um ambiente de trabalho seguro e produtivo. O importante é que todas as ações visem atingir os trabalhadores.

Atos Normativos

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF N° 6, DE 10 DE JANEIRO DE 2025](#) (DOU de 13/01/2025 Seção I Pág. 49) - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei n° 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo n° 10128.022473/2024-61);

[PORTARIA MTE N° 37, DE 10 DE JANEIRO DE 2025](#) (DOU de 13/01/2025 Seção I Pág. 92) - Aprova a reformulação orçamentária para o exercício 2024 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;

[PORTARIA FUNDACENTRO N° 1.516, DE 9 DE JANEIRO DE 2025](#) (DOU de 13/01/2025 Seção I Pág. 96) - Aprovar o Plano Estratégico da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO para o período de 2024 a 2027;

[PORTARIA MPS N° 83, DE 15 DE JANEIRO DE 2025](#) (DOU de 17/01/2025 Seção I Pág. 226) - Altera a Portaria MTP n° 220, de 2 de fevereiro de 2022, que disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

[PORTARIA MTE N° 57, DE 16 DE JANEIRO DE 2025](#) (DOU de 17/01/2025 Seção I Pág. 238) - Altera o item 6.9.4 da Norma Regulamentadora n° 6 - Equipamento de Proteção Individual (NR-6), aprovada pela Portaria MTP n° 2.175, de 28 de julho de 2022.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2015 a 2024 (Novembro):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula